

Eixo Temático 3 – Gestão Escolar, práticas educativas e currículo da educação básica.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: o papel dos Conselhos Escolares.

Iágrici Maria de Lima Maranhão – UFPE – PMJG¹

Jaysa Renné de Sousa Ribeiro - UFPE²

Luciana Rosa Marques - UFPE³

INTRODUÇÃO

Bordenave (1994, pg. 16), afirma que a participação é o meio natural para o homem manifestar sua disposição inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo, dominar a natureza e o mundo, abarcando ainda a satisfação de outras necessidades relevantes, tais como a interação com outras pessoas, a oportunidade de se expressar, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e a valorização de si mesmo pelos outros.

Através da afirmação do autor, entendemos que a conceituação de participação, confunde-se com a própria história da sociedade e do homem, percebendo que ao envolver-se nas demandas de um grupo, o sujeito constrói-se através da sua ligação com o grupo e com o processo de desenvolvimento do panorama social. Mediante essa colocação, podemos apontar dois mecanismos de participação básicos, uma participação de *base afetiva* e uma participação de *base instrumental*. A participação de *base afetiva* pode ocorrer quando o sujeito sente o prazer em unir-se a um grupo sem que perceba que essa sua ligação pressuponha a existência da *base instrumentalista*, que ocorre à medida que o sujeito percebe a eficácia de uma ação em conjunto e em comparação a uma ação individual (GOHN, 2003).

Compreender a questão da participação esteja ela vinculada ou não à educação, leva-nos à necessidade de uma definição sobre a mesma. Entretanto, estipular uma definição para a participação nos remete a diversos momentos históricos de diferentes significados, o que nos leva a ter distintas conceituações voltadas à palavra e ao mecanismo participação. De acordo com Bordenave (1994, pg. 22) a palavra participação surgiu do vocábulo “**parte**” de forma que entendemos que participação se constitui no ato de fazer parte, tomar parte ou ter parte de algo. Em contrapartida, inferimos sobre o fato de o sujeito fazer parte, mas não tomar parte de fato compreendendo que essa ocorrência pode ser apontada como uma pseudo-participação e aponta para elementos relevantes do processo participativo, tais como a ausência de uma cultura democrática ou até mesmo sua manipulação.

Dallari (2004, pg.26) afirma existir uma luta constante, desde os primórdios da própria humanidade, em prol de uma participação que alcançasse o maior número de pessoas possíveis enquanto que Pateman (1992) assinala a importância da participação apontando que na teoria da democracia participativa a experiência da participação, de algum modo torna o sujeito psicologicamente melhor nivelado para participar ainda mais no futuro.

Desta forma, entendemos a importância dos mecanismos de participação e as possibilidades que estes podem proporcionar mediante a interação dos sujeitos nos processos sociais. Por isso, a nossa discussão voltou-se para *o entendimento dos mecanismos de participação na escola, particularmente os Colegiados Escolares⁴*, compreendendo que este órgão abarca características relevantes de um instrumento de participação podendo fomentar

reflexões importantes. Como campo de estudo, elegemos as escolas da rede municipal do Jaboatão dos Guararapes com a perspectiva de perceber as mudanças concernentes à gestão do atual prefeito de caráter progressista. O trabalho de levantamento de coleta de dados ocorreu no período de 2010, sendo esse momento seccionado em etapas. A primeira etapa correspondeu à investigação de documentos relacionados aos Conselhos Escolares e a Gestão democrática da educação, elaborados e implementados pelo município, como também as normatizações estaduais e do Ministério da Educação. Num segundo momento, reunimos grupos de sujeitos participantes dos colegiados de várias instituições de ensino da rede, com a finalidade de realizar grupos focais e assim obter fatos que trouxessem contribuições necessárias para compreender qual o papel do Conselho Escolar na construção da gestão democrática da educação. E o terceiro momento culminou em associar a interpretação dos dados levantados na análise dos documentos com os dos grupos focais.

Estudos como o de Marques (2007) que aborda a cultura democrática na gestão da escola, assim como de Werle (2003) que trata dos Conselhos Escolares, trouxeram elementos importantes para a reflexão de nossa pesquisa. Assim como utilizamos para a análise dos dados, a Teoria do discurso como prática de mudança social, compreendendo que os discursos sobre Gestão Democrática produzidos, implementados e consumidos no município, poderiam ter significados diferenciados dependendo de como eram postos e utilizados.

Entendemos que a conquista do exercício da democracia, assim como a materialização desta no âmbito da escola, se constitui em uma conquista histórica, na qual os sujeitos vieram batalhando por espaços de participação. Compreender como se dá os processos de participação dentro da escola, através particularmente do Colegiado Escolar foi o norte do nosso estudo.

A participação política na educação.

Concebendo a participação como um mecanismo não apenas de inserção social, mas também de transformação social, entendemos que a escola se constitui enquanto um dos espaços promotor do aprendizado e do exercício da cidadania. De acordo com Motta (1994, p. 200), a participação pode ser compreendida como “todas as formas e meios pelos quais os membros de uma organização, como indivíduo ou coletividade, podem influenciar os destinos dessa organização”, enquanto que Luck (2010, pg.21) complementando a ideia trazida anteriormente, percebe que a participação pode ser caracterizada:

[...] pela força da atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhes são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme.

Dessa forma, podemos inferir que os processos participativos propiciam ao homem se desenvolver potencialmente à medida que essa interação fomenta o desenvolvimento deste enquanto entendedor das demandas e buscador de solução para conflitos e necessidades. Na escola, a participação abarca essa mesma responsabilidade que na vida social, a de inserir os sujeitos nos processos decisórios para materializar a difícil tarefa de, em grupo, encontrar as soluções para as demandas e conflitos existentes no ambiente escolar.

Porém, é importante dispor aqui que, além da necessidade da existência das proposições legais e de que estas “promovam” a materialização da participação, se faz imprescindível a dimensão da consciência. Dado esse passo, abre-se o caminho para uma participação plena, levando-se em conta que para um sujeito conscientizado é mais difícil de ficar passivo e indiferente.

Freire (2003, p. 11) já nos alertava de que como seres políticos, os homens não *podem* deixar de ter consciência do seu ser ou do que está sendo, e “é preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias”.

A participação, como já colocada anteriormente, engloba diversos elementos na constituição de seu conceito. Dessa forma, precisamos estar entendendo para além do processo histórico, as influências teóricas que vão se unindo aos conceitos sobre participação e originando várias concepções. Buscando, portanto, compreender os diferentes sentidos da participação realizamos um estudo sobre a mesma.

Iniciaremos com a perspectiva liberal que se subdivide em comunitária, corporativa, autoritária (direita ou esquerda), revolucionária e democrática radical (GOHN, 2003). Segundo Gohn (2003), os princípios básicos do *liberalismo* voltam-se para uma sociedade cuja constituição assegure a liberdade individual no qual a participação é concebida como um mecanismo de fortalecimento da sociedade e não como um instrumento para interferir no papel do Estado, mas sim como mecanismo fiscalizador evitando ingerências, como a tirania e a interferência na vida dos indivíduos. Associando a abordagem da autora com a participação no ambiente escolar, percebemos que os Conselhos Escolares se constituem enquanto uma importante ferramenta a qual agencia a participação nos processos decisórios da escola, assim como compartilhando as responsabilidades financeiras, administrativas e pedagógicas.

Luck (2010, pg.21) afirma que a participação pode ser caracterizada:

[...] pela força da atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhes são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme.

Assim, compreendemos que os Colegiados Escolares abarcam inúmeras possibilidades de levar os sujeitos a interferirem diretamente em questões que antes eram restritas as pessoas que possuíam “determinados cargos”. Como coloca Luck (2010, pg. 21) a participação promove o acesso ao poder que é “resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhes são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme, ou seja, na escola os diversos segmentos que formam a comunidade escolar também possuem conhecimentos distintos sobre questões específicas podendo compreender e decidir sobre essas demandas, buscando soluções conjuntas e possíveis”.

Esse desafio, que se apresenta à escola e aos sistemas da educação, não pode ser enfrentado apenas com a defesa das práticas participativas, mas sim de uma união entre os registros legislativos e a construção de mecanismos inclusivos e verdadeiramente democráticos.

Além do mais, não podemos deixar de mencionar o fato de que as práticas participativas na escola deveriam estar submissas ao seu projeto político pedagógico, viabilizando que essas estratégias ajudem a desenvolver habilidades específicas de

verbalização e capacidade de diálogo, assim como impulsionem o educando a ser mais cooperativo e perceber os limites da competição, formando pessoas solidárias, autônomas e conscientes.

É importante considerar que a percepção e o uso de diferentes meios dentro do ambiente escolar para promover a participação tornam esses processos mais claros, definidos e melhor articulados, tendo em vista sua melhor elaboração e sua ação mediante uma prática concreta. Nessa perspectiva, entendemos que o Projeto Político – Pedagógico⁵ aparece como um mecanismo no qual as práticas participativas podem tomar forma materializando-se através das metas e objetivos da comunidade escolar, promovendo instantes de formação para os sujeitos que ainda sentem-se fora do contexto e por isso não deseja fazer parte dos colegiados.

Marques (2007, pg.57) aponta que existem vários tipos de participação e os quais para existir não precisam estar dispostos em leis uma vez que eles dependem das práticas que, de diversas formas, conseguem construir uma sociedade mais inclusiva. Assim, entendemos que a participação na escola ocorre antes mesmo de compreendermos noções e conceitos políticos, pois existe uma necessidade em se estar a par do que a escola está propondo e realizando ao passo que existem convocações para reuniões de pais e mestres, assim como as convocações para as festas. Esse tipo de participação pode ser espontânea e no momento em que passa a não ser, existe uma razão para que o sujeito se sinta compelido a participar.

No entanto, entendemos que cada escola possui suas especificidades no seu modo de atendimento o que ocasiona realidades organizacionais diferentes, tendo em vista que como dispõe Marques (2007) “cada escola é uma organização da sociedade e sua cultura constitui-se em um prolongamento da cultura social”. Assim, podemos entender que mesmo com o grande número de discursos voltados para a importância da participação, existe a perspectiva cultural que vem do contexto social para o ambiente da escola.

Com relação às disparidades existentes entre discursos e práticas de participação, entendemos que essas podem ser originadas no sentido de camuflar práticas excludentes. Ou seja, existe a necessidade de participação e essa é aclamada de forma consensuada, mas no chão das escolas as práticas diferem dos discursos e documentos. Entendemos que essas tensões relacionam-se ao caráter autoritário que durante anos marcou nosso processo histórico e ainda se faz muito presente em nossas escolas.

Para Luck (2010, pg. 25) por meio da participação as pessoas podem controlar o próprio trabalho, sentindo-se responsáveis pelos resultados provenientes da sua construção. A autora afirma ainda que o ato de participar promove o sentimento real de pertencimento à medida que os sujeitos interagem entre si, percebendo os diversos pontos de vistas dos espaços coletivos, conforme já abordamos anteriormente, o que nos leva a refletir sobre os possíveis entaves a participação na escola.

Para alguns sujeitos da escola que estão em cargos de liderança, a participação da escola não deveria estar sobre a responsabilidade de pessoas que não possuem “certo grau” de escolaridade e por isso colocam que os convites feitos a outros sujeitos, para constituírem a representação dos segmentos nos Colegiados ocorrem pelo fato de que não existem sujeitos dispostos a participarem.

Considerando que a ação participativa está subordinada ao fato que sua prática seja realizada a partir do respeito a certos valores substanciais, como a ética, solidariedade, equidade e compromisso. Cada um desses aspectos origina outros elementos que se relacionam ao respeito com o ser humano, às instituições sociais e aos valores necessários ao desenvolvimento da sociedade com qualidade de vida, que se faz traduzir nas ações de cada um (LUCK, 2010, pg. 31).

Dessa forma, concluímos que a participação na educação está para o desenvolvimento humano, assim como para o social de forma que ela propicia o engajamento

dos diversos sujeitos da escola na busca de aprimoramento do trabalho pedagógico e da realização de um trabalho feito por uma escola para todos.

O Percurso Metodológico.

A escolha de um caminho metodológico que nos auxiliasse na aproximação do nosso objeto surgiu no intuito de atender as inquietações que motivaram nosso estudo sobre as ações do Conselho Escolar na construção da gestão democrática no município de Jaboatão dos Guararapes. Para tanto, na busca de analisar o que os sujeitos, os documentos prescritivos do sistema de ensino do município de Jaboatão dos Guararapes e os de caráter nacional abordam sobre a gestão democrática e a ação dos Conselhos Escolares, elegemos a pesquisa social de abordagem qualitativa (LUDKE & ANDRÉ, 1986; CHIZZOTTI, 1998; MINAYO, 2000, 2002). Adotamos essa abordagem por compreendermos que a sociedade se constitui na dinâmica das relações sociais, sendo transformada pelo movimento dos sujeitos na sociedade.

A pesquisa qualitativa foi eleita por privilegiar a subjetividade humana organizada pela dinâmica interativa das relações histórico-sociais, possibilitando-nos entender os sentidos revelados e implícitos nos discursos dos sujeitos sobre os Conselhos Escolares, enquanto mecanismo de materialização da gestão democrática.

Escolhemos como campo empírico o município de Jaboatão dos Guararapes. Essa escolha dá-se primeiramente pela necessidade em compreender como ocorre a materialização da gestão democrática mediante as ações dos Conselhos Escolares, assim como por ser esse um município que vem se estabelecendo no cenário econômico e político do Estado Pernambucano nos últimos anos. Faz-se importante mencionar que as mudanças causadoras de um “novo panorama Jaboatonense”, ocorrem especificamente na atual gestão do município, iniciada em 2008, que tem um caráter progressista popular e vem promovendo ações descentralizadoras e participativas⁶.

Compreendemos a importância da interação entre sujeito e campo de estudo, à medida que é preciso compreender que cada qual possui suas especificidades/subjetividades. No entanto, em contato com o olhar do pesquisador podem produzir um produto novo, associado aos pressupostos teóricos. Por isso, nosso quadro de sujeitos foi composto da seguinte forma: Conselheiros de 8 (oito) escolas indicadas pela secretaria de educação⁷; Chefes de núcleos e interlocutores da secretaria de educação; Pais e alunos das escolas que não participam do Conselho.

Considerando que a pesquisa qualitativa não implica na participação de um expressivo número de sujeitos, tendo em vista que os discursos são constituídos de artifícios subjetivos, imbuídos de sentidos, valores e representações que não podem ser mensurados, selecionamos dezesseis (16) sujeitos (conselheiros escolares, sendo dois (02)⁸ de cada escola selecionada), dois (02) sujeitos representantes da secretaria de educação e alguns que não integram nenhum mecanismo participativo na escola⁹, chegando a um número de 8 escolas da rede municipal do Jaboatão dos Guararapes.

Como mecanismo de coleta de dados escolhemos o Grupo Focal. Gatti (2005), afirma que o grupo focal resulta da união de diferentes técnicas de trabalho com pesquisas em grupo desenvolvidas na psicologia social, tendo em vista que nessa área a maioria dos estudos se desenvolve de forma coletiva. A autora indica ainda que existem critérios que precisam ser seguidos com o intuito de concretizar a realização do grupo focal, a fim de que este traga respostas aos objetivos que levaram a sua escolha como procedimento para levantamento de dados.

Nosso estudo tomou por base a perspectiva teórica de Norman Fairclough (2008) – a teoria social do discurso – que aborda a dimensão crítica da linguagem em articulação com a teoria social, com a perspectiva de investigar as mudanças culturais que incidem em um determinado contexto. A Teoria Social do Discurso (ADTO) proposta por Fairclough (2008) entende que o discurso deve ser analisado em uma perspectiva tridimensional¹⁰, destacando que qualquer evento ou exemplo de discurso pode ser compreendido, simultaneamente, como um texto, uma prática discursiva e uma prática social.

RESULTADOS

Entendendo que o Conselho Escolar utiliza o princípio da pluralidade em sua constituição obedecendo ao disposto em lei, com relação à participação social na gestão da educação e que esta “deve” se dar de forma democrática, percebemos elementos relevantes no município de Jaboatão concernente à gestão democrática e aos Colegiados. Não há no município um acompanhamento/avaliação quanto à materialização dos processos participativos e da gestão democrática. Outro elemento que nos chamou atenção foi o fato de que a grande maioria dos Conselheiros percebe o Colegiado apenas como o veículo como receptor de verbas, restringindo as atividades do Conselho apenas para questões financeiras. Essa visão dos conselheiros, afeta as relações gerando conflitos. Mouffe (2003) aponta que os conflitos são constitutivos da democracia e que o mesmo fortalece o trabalho em conjunto e a autonomia do órgão colegiado. No entanto, quando apontamos os conflitos, queremos colocar as divergências de visões dos diversos representantes de segmentos o que nos leva a apreender a questão do entendimento do que é o Conselho, quais suas funções e responsabilidades. Logo, retomamos a importância do acompanhamento dos órgãos pela SEE e como as formações podem estar sendo vivenciadas de forma diferenciadas das colocadas pelos conselheiros. Segundo os representantes, as formações são de difícil entendimento e trazem sempre o mesmo conteúdo, não abarcando a demanda de dúvidas e assuntos a serem discutidos.

Ainda podemos apontar como outro obstáculo à materialização da gestão democrática e ao trabalho dos Conselhos Escolares está no fato de que o gestor por ser o único membro do Conselho não eleito, se constituindo em membro nato, possui uma posição favorável na tomada de decisões, ou seja, alguns gestores acabam por tomar as decisões, assim como “convidar” alguns professores, pais e funcionários que sejam “mais próximos” para constituir a formação do Conselho. Esses “convites” são corriqueiros e conforme os representantes, entendemos que eles ocorrem pela ausência de sujeitos que desejem participar do Colegiado.

A questão da “não participação”, nos transmite a percepção de apatia e não apenas com o Conselho Escolar, onde muitos imaginam que terão que ter responsabilidades além do que podem ter. A apatia demonstrada pelos representantes origina-se no próprio convívio social mediante as decepções com a política e com o dia – a – dia. Esse elemento nos pareceu forte o suficiente para representar um obstáculo que merece um olhar

Entendemos mediante o resultado dos grupos focais realizados, análise de conversas/entrevistas informais, assim como os documentos normativos do município acerca da gestão democrática, que não apenas a legislação e a promulgação da criação dos mecanismos de participação fazem por si só que a escola seja um local de práticas democráticas. O discurso dos sujeitos nos mostram as discrepâncias e nos remetem a novamente olhar a democracia na escola sobre a ótica da cultura democrática que está para além da existência das leis. Assim, a

democracia na escola se consolida pela prática dos sujeitos e, nesta direção, o Conselho Escolar, como um dos principais mecanismos de democratização das Unidades Escolares públicas, tem um papel fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o processo de democratização da escola pública é que tentamos ao longo desse estudo refletir sobre a dinâmica do Conselho Escolar para a sua construção e materialização nas escolas da rede de ensino do município de Jaboatão dos Guararapes. O histórico educacional desse município vem apresentando reformulações que decorrem do panorama nacional com a promulgação da carta magna de 1988 a qual institui a “gestão democrática do ensino público na forma da lei” como princípio da educação.

Em nosso estudo propusemo-nos a analisar o papel dos Conselhos Escolares no processo de construção e materialização da gestão democrática a partir da análise dos discursos dos conselheiros escolares e dos documentos normativos. Para tal, buscamos através do estudo teórico sobre as categorias participação, gestão democrática, Conselho Escolar e democracia, resgatar o processo histórico de materialização dos mecanismos de participação na sociedade e na educação e relacioná-los aos dados coletados nos grupos focais, na análise de documentos e nas entrevistas informais.

Entendemos que a implementação das leis e a existência dos instrumentos de democratização e participação na escola, não promovem por si só a materialização do exercício da democracia. Por isso, compreendemos que a falta de mobilização nas escolas e o desinteresse dentro do próprio órgão colegiado decorre da falta de diálogo entre os sujeitos de um modo geral. Foi possível perceber que os gestores e os professores definem algumas deliberações sem consulta a todo o grupo e apenas nas reuniões ordinárias informam suas decisões aos representantes dos funcionários, pais e alunos.

Em nossa opinião a falta de diálogo juntamente com o sentimento de apatia constitui uma limitação aos processos de participação levando-se em conta que esses elementos criam uma atmosfera de descrédito dos instrumentos de democratização da gestão levando os sujeitos a transmitirem suas responsabilidades.

Ao início de nosso estudo nos questionávamos sobre as possíveis razões que ocasionavam a apatia em um contexto onde existem diversas formas de participação. Encontramos alguns pontos que ora originam esse sentimento, ora nutrem o desinteresse já existente e ora encaminha para a fragilidade do processo de participação. Entretanto, não podemos deixar de nos preocupar com as ações que estão sendo direcionadas para amenizar a aversão que vem se estabelecendo com relação aos processos de participação.

Não encontramos nas normatizações nenhuma ação ou elementos que assegurassem o estímulo à participação. Parece-nos mais falta de articulação e integração entre os mecanismos do sistema de educação tendo em vista que existem os momentos de formação, mas que esses não estão sendo utilizados como propulsores para os processos de participação. Nesse sentido, entendemos que vem se tolhendo dos atores educacionais o exercício político ao passo que não se tem de fato o espaço para participação na gestão da escola.

Sobre isso, encontramos na própria fala da única diretora participante de nossa pesquisa, o desejo de promover ações participativas, mas em contrapartida a mesma elabora um panorama de dificuldades à realização dessas ações. Novamente, apontamos a necessidade de intervenção da SEE nesses instantes, colaborando enquanto regulador do sistema favorecendo a materialização do disposto em lei.

A participação na escola está para além das reuniões de pais e mestres, assim como para os preparativos de festas. Conforme vimos até agora, a participação não se limita as práticas específicas que restrinjam a quantidade e os processos. Ela precisa estar aberta à inclusão de todos e compreender interesses coletivos, respeitando as diferenças e as disposições contrárias. Se a participação está sendo evocada apenas para legitimar as convocações realizadas pela escola, ela estará manipulando os sujeitos, restringindo a formação do grupo e direciona os mecanismos de participação à solução de interesses particulares.

A prática de manipulação e do mau uso dos mecanismos de participação, embora pareçam oferecer alguns resultados positivos, no olhar de quem conduz esses processos, em médio prazo, produzem resultados negativos por eliminar qualquer possibilidade de consciência coletiva, além de gerarem o descrédito nas ações participativas, em quem as conduz e nas pessoas que detêm autoridade. Manipular a participação origina ainda a insegurança e corrobora para destruir as possíveis motivações que as pessoas venham a ter para participar. Isso pode ser claramente demonstrado pela ação da escola quando pressupõe que os professores, funcionários, pais e alunos, se satisfaçam em ter sua participação limitada a definir cores utilizadas nas roupas do grupo de dança ou até mesmo na definição das datas comemorativas, enquanto que para questões como o gasto das verbas disponibilizadas para a melhoria da escola não há a mesma convocatória para que os atores possam participar.

A democracia, como afirma Paro (2002), não é algo que se concede a outro. Assim como a participação enquanto exercício da democracia. É um processo que se realiza e se constrói através de mecanismos voltados para a abertura da inserção de todos. Um dos primeiros passos nesta direção é a busca pelo conhecimento crítico da realidade existente e a busca de meios para a sua superação que, se dá através da participação no processo de tomada de decisão, por meio da reflexão da realidade da escola e afiançando a qualidade do ensino com a formação de sujeitos políticos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências Bibliográficas.

AGUIAR, Clarissa Maria Bezerra de. **Gestão democrática da educação e o papel dos Conselhos Escolares: O caso do município de Olinda.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

ANDRADE, Edson Francisco de. **O papel do Conselho Escolar na Democratização da Gestão Educacional no Município do Recife.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política?** Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. Coordenadora da tradução – Izabel Magalhães.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra 36.^a ed. 2003;,184 p.

GATTI, Bernadete A. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Série Pesquisa em Educação. São Paulo: Liber Livros. 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo, Cortez, 2003. – (Coleção questões da nossa época; v. 84).

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Série Cadernos de Gestão Volume III. Rio de Janeiro. Vozes, 2010.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. E. D. **Pesquisa em Educação: abordagem qualitativa**. São Paulo; EPU, 1986.

MARQUES, Luciana Rosa. **A descentralização da Gestão Escolar e a Formação de uma Cultura Democrática nas Escolas Públicas**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007.

MATOS, Ericka Carla Vieira de. **A atuação do Conselho Escolar na Gestão da Educação: um estudo de caso no município de Olinda**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

MINAYO, M.C.S. et all. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Vozes, 2000.

_____ **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 20^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOTTA, Fernando C. Administração e participação: reflexões para a educação. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, FEUSP, v. 10, n. 2, p. 199-206, jul.-dez., 1994.

PARO, V. H. **Escritos sobre a educação**. São Paulo: Xamã, 2002.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática** - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, Ana Selma dos. **A MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: uma análise da experiência do sistema municipal de ensino do Cabo de Santo Agostinho-PE, no período de 1997 – 2003**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.

SOUZA, Priscila Ximenes de. **A Participação da Família na Escola e suas Interfaces com a Gestão: caminhos possíveis em instituições da rede Municipal de Ensino do Recife**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

WERLE, F.O.C. **Conselhos Escolares: implicações na gestão da Escola Básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

¹ Mestre em Educação pela UFPE; Especialista em Educação Especial; Professora da Faculdade Anchieta do Recife; Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes.

² Mestranda em Educação pela UFPE.

³ Professora do Departamento de administração Escolar e Planejamento Educacional e do Núcleo de Política Educacional, Planejamento e Gestão do Programa de Pós Graduação da UFPE.

⁴ O objetivo central do nosso estudo foi compreender o papel dos Conselhos Escolares na construção da gestão democrática no município de Jaboatão.

⁵ Em Jaboatão PPAP – Projeto Político Administrativo e Pedagógico.

⁶ Estudar a gestão democrática no município de Jaboatão pode contribuir na compreensão de como esse preceito educacional vem sendo tratado em nosso Estado, tendo em vista que vários estudos vêm analisando democratização da gestão em Olinda, Recife e Cabo de Santo Agostinho entre outros municípios como, por exemplo, os trabalhos de Santos (2005), Matos (2006), Andrade (2007), Marques (2007), Aguiar (2009) e Souza (2010).

⁷ Por meio da informação da SEE de que não havia nenhum mecanismo de avaliação ou acompanhamento das escolas com relação à gestão democrática, acatamos as indicações da chefe do núcleo responsável pelo trabalho com os Conselhos Escolares.

⁸ Tendo em vista a necessidade de formar dois grupos focais levando-se em conta as especificidades de cada grupo, assim como diante do número de 8 escolas, entendemos que precisaríamos de um número mínimo de 16 sujeitos.

⁹ Ainda sobre a escolha dos nossos sujeitos, a seleção das escolas que enviariam seus conselheiros para compor o grupo focal, deu-se de modo a contemplar também a política de descentralização que vem sendo vivenciada no município, que foi dividido em regionais. Para tanto, as escolas foram selecionadas levando-se em consideração alguns elementos tais como: a) A regional em que está inserida, ou seja, era preciso contemplar escolas de cada uma das regionais; b) A indicação da secretaria de educação através do Núcleo de Interlocução Escolar e Comunitária e c) O interesse em participar da pesquisa, levando-se em conta que se a escola se sentisse coagida a participar pela imposição da secretaria, o grupo focal não ocorreria como esperado.

¹⁰ Discurso como texto, discurso como prática discursiva, discurso como prática social.